

Princípios de Governança

Antony P. Mueller

UFS

Junho 2011

antonymueller@gmail.com

Conteúdo do Data Show

- 1. Princípios teóricos
- 2. Critérios da boa governança
- 3. Princípios de governança para o espaço euro
- 4. Uma agenda de governança para o Brasil

Princípios teóricos

- A. Princípios formais
- B. Princípios constitucionais
- C. Princípios regulatórios
- D. Princípios político-estatais

Princípios formais

- 1. Unidade de todas as partes da política econômica
- 2. Prioridade de medidas de ordem (“ordo”) contra intervenções processuais
- 3. Constância da política econômica

Princípios constitucionais

- Obter e manter concorrência nos mercados (concorrência como método de descobrimento econômico)
- Primazia da política monetária
- Reconhecer a junção entre concorrência e direito da propriedade particular produtiva e a liberdade contratual na esfera econômica
- Internalização dos efeitos externos
- Restrição de bailout (socorro estatal financeiro) e subsídios (evitar “moral hazard” – risco moral)

Princípios regulatórios

- Políticas compensatórias:
- poder econômico - política anti-monopolística de supervisão
- diferenças dos rendimentos pessoais - impostos, política social compensatória
- desequilíbrios macroeconômicos - política conjuntural
- Deficiências do mercado livre - efeitos externos
- (problema da falta de “internalização” de custos e benefícios)
- Fomentar “market-based” soluções

Princípios político-estatais

- A atividade estatal é subsidiária (junção entre o princípio da subsidiariedade e da solidariedade)
- Restringir o poder dos grupos de interesses especiais

Critérios de Boa Governança

A. Política econômica geral

B. Mercados

C. Política macroeconômica

D. Condições sociais

Política econômica geral

- Prioridade de medidas “ordo-econômicas” e de “market-based” soluções sobre medidas intervencionistas
- Respeitar o princípio da subsidiariedade
- Coerência das medidas da política econômica orientado a criar riqueza nacional
- Uma administração pública (inclusivo a justiça) que está tecnicamente competente, transparente e atua em suporte da criação da riqueza nacional
- Constância das políticas (“reliability”)

Mercados

- Estrutura de mercados que promovem um alto nível de competitividade
- Cultura de inovação nas empresas
- Mercados abertos (nacional e internacional)
- Ausência de subsídios específicos
- Aplicação estrita do princípio da responsabilidade (*liability*)

Política macroeconômica

- Promover estabilidade do sistema monetário e robustez do sistema financeiro
- Moderação na aplicação das políticas macroeconômicas (prudência e prevenção)
- Moderação do governo com gastos públicos e impostos (limitar dívida pública)
- Promover transparência e previsibilidade (evitar políticas “ad hoc” e “stop & go”)

Condições sociais

- Sistemas de correção de extremos da riqueza
- Ausência de favoritismo e privilégios para grupos específicos
- Promover uma cultura de confiabilidade (trust)
- Ajuda para auto-ajuda
- Eliminar dependências financeiras em favor de autonomia (“marketable skills”)

Princípios de governança no espaço euro

- A. Concorrência
- B. Estabilidade Monetário-Fiscal
- C. Política Social

Concorrência

- Mercados livres e abertos
- Combate contra monopólios
- Transparência do processo de procura estadual
- Restrição para bailout (resgate financeiro) e subsídios

Estabilidade monetário-fiscal

- Independência alta para o Banco Central
- Primazia da estabilidade de nível de preços (com meta de inflação de $< 2\%$)
- Ajuste fiscal institucionalizado no nível comunitário (regra de 3/60)*
- Limitações para a política de 'deficit spending', da política fiscal ativa
- *) Limites de 3 % do déficit e de 60 % da dívida do PIB para o setor público

Política social

- Transferência para reduzir diferencia regionais
- Sistemas de segurança social (saúde, desemprego, velhice)
- Sistemas de educação eqüitativos
- Fonte:
- European Commission, Tratado da União Européia, Protocols, Stability and Growth Pact

Agenda de governança para o Brasil

- 1. Política econômica coerente
- 2. Constância na política macroeconômica
- 3. Eliminação do intervencionismo ad hoc
- 4. Restrição fiscal de gastos
- 5. Restrição fiscal do tributos
- 6. Restrição monetária

Agenda de governança para o Brasil

- 7. Criar um sistema de administração pública dedicada a criação de riqueza nacional
- 8. Transparência e responsabilidade (liability) do setor público
- 9. Estabelecer e manter um sistema monetário-financeiro robusto

Agenda de governança para o Brasil

- 10. Diminuir a carga tributária (reduzir o tamanho do Estado)
- 11. Aumentar a competitividade e inovação empresarial (mercados abertos)
- 12. Eliminação de favoritismo e de privilégios de grupos específicos